

A PESQUISA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS SOB UM VIÉS ANTROPOLÓGICO

RESEARCH IN SOCIAL SCIENCES FROM AN ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVE

José Aroldo da Silva*

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a evolução dos estudos antropológicos, os quais avançaram para sociedades que se encontravam além dos continentes africano e asiático, ou seja, antropólogos como Favret-Saada (2005), Mintz (2010) e Wolf (2003) desenvolveram pesquisas sobre temas, a exemplo da bruxaria no continente europeu e grupos sociais na América do Norte e Caribe, utilizando outras metodologias e formas de abordar o objeto de estudo antropológico. Portanto, a pesquisa social, amparada em um viés antropológico, faz-nos pensar por quais aspectos começar o desenvolvimento da investigação, o que priorizar, quando temos diferentes caminhos a seguir e, principalmente, o que selecionar de um universo amplo de informações para se adentrar no objeto da pesquisa.

Palavras-chave: Etnografia. Pesquisa Social. Estudos Antropológicos

ABSTRACT

This article aims to discuss the evolution of anthropological studies, which advanced to societies that were beyond the African and Asian continents, that is, anthropologists such as Favret-Saada (2005), Mintz (2010) and Wolf (2003) developed research on like witchcraft on the European continent and social groups in North America and the Caribbean, using other methodologies and ways to approach the object of anthropological study. Therefore, social research, supported by an anthropological perspective, makes us think about which aspects to start the development of research, what to prioritize, when we have different paths to follow and selection of a wide universe of information to enter the object of research.

Key-Words: Ethnography. Social Research. Anthropological Studies

Recebido: 04/11/2022

Aceito: 10/11/2023

INTRODUÇÃO

O exercício da escrita não é uma tarefa fácil ao estudioso que, por meio dessa, necessita comunicar os dados e informações coletados nas pesquisas que realiza, bem como apresentar a análise de dados requeridos pelos artigos, monografias, dissertações, teses e demais textos acadêmicos.

Ao se deparar com um universo amplo de informações e dados, certamente, surgirão inquietações no sentido de delimitar e selecionar aquilo que é relevante para se apresentar à comunidade científica, como resultado de um trabalho, muitas vezes longo, vivenciado no campo de pesquisa, com dados coligidos na interação com os entrevistados, bem como o embasamento teórico que dará suporte às análises que serão efetivadas.

* Graduado em Letras (UEPB/2000); Direito (UEPB/2016); Mestre em Ciências da Sociedade (UEPB/2003); Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Professor de Educação Básica da Rede Municipal de Ensino – Boqueirão (PB).

O pesquisador deve decidir o que é potencialmente importante para o campo de pesquisa no qual está inserido. Logo, se faz necessário saber o que se publicou sobre o tema, discutir as incompletudes de trabalhos concretizados sobre a temática a ser comunicada, como, também, mostrar em que o trabalho que realizou é importante para o campo estudado. Assim, depreende-se não ser uma tarefa das mais fáceis a escrita pela qual os pesquisadores se comunicam com os seus interlocutores, geralmente, outros pesquisadores e estudiosos do mundo acadêmico.

Para discorrer sobre a pesquisa social sob um viés antropológico, consideramos importante, inicialmente, apresentar a etnografia, trabalho de campo da antropologia, cujo objetivo é descrever as vidas de outras pessoas, além de nós mesmos, com precisão e sensibilidades afiadas, tomando por base a observação detalhada, sustentada, muitas vezes, por uma experiência prolongada no campo de pesquisa.

Nesse sentido, é relevante ressaltar as pesquisas desenvolvidas por Bronislaw Malinowski que, para descrever o sistema de troca kula nas ilhas trobriandesas, viveu entre os nativos por um tempo relativamente longo, dando ênfase ao que ficou conhecido como autoridade etnográfica; que segundo Clifford (1998, p. 18), é demonstrada pela expressão: “*Você estava lá... porque eu estava lá*”.

Pode-se destacar, também, o antropólogo norueguês E. E. Evans-Pritchard, que conviveu entre os povos Nuer, povo nilota, do Sudão Meridional, que habitava uma região pantanosa, situação em que observou a importância do gado para esse povo, pois diversas relações e acontecimentos sociais passavam obrigatoriamente pela relação com o gado.

Outros antropólogos, a exemplo de J. Clyde Mitchel, fizeram da etnografia a experiência e prática no campo de pesquisa. Mitchel pode ser lembrado pelo estudo empreendido na Rodésia do Norte, no qual descreveu a dança tribal kalela, bem como Max Gluckman, que realizou um estudo na África, objetivando delinear a estrutura social da zulusândia moderna e, ainda, Clifford Geertz, que descreveu a briga de galo balinesa em estudo desenvolvido na ilha de Bali.

Conforme se observa, a pesquisa antropológica, até o início do século XX, buscava descrever a vida de pessoas consideradas “estranhas”, “diferentes”, as quais viviam distante dos Estados Unidos e do continente europeu. Os habitantes, das sociedades complexas, viviam nos continentes asiático e africano e, assim, faziam parte das pesquisas antropológicas, que tinham na experiência e prática etnográficas as ferramentas para a realização desses estudos.

Os estudos antropológicos evoluíram, avançando para sociedades que se encontravam além dos continentes africano e asiático, ou seja, antropólogos como Favret-Saada (2005), Mintz (2010) e Wolf (2003) desenvolveram pesquisas sobre temas, a exemplo da bruxaria no continente europeu e grupos sociais na América do Norte e Caribe, utilizando outras metodologias e formas de abordar o objeto de estudo antropológico as quais se incorporaram ao campo.

Para empreender a tarefa de escrever sobre a pesquisa social sob um viés antropológico, dividiremos o presente artigo em tópicos. Dessa forma, trataremos da importância dos estudos antropológicos, da metodologia etnográfica, realizando um breve panorama evolutivo dos estudos antropológicos para, em seguida, apresentarmos as possibilidades de abordagem do objeto de estudo antropológico, por fim, concluindo que os estudos antropológicos contribuem para o diálogo com outros campos de saberes sobre os estudos sociais do homem.

Assim, considerando metodologias além da etnografia, a pesquisa social, amparada em um viés antropológico, faz-nos pensar por quais aspectos começar o desenvolvimento da investigação,

o que priorizar, quando temos diferentes caminhos a seguir e, principalmente, o que selecionar de um universo amplo de informações para se adentrar no objeto da pesquisa.

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

O CAMPO DA ANTROPOLOGIA

É possível estudar as sociedades humanas com ênfase em uma proposta antropológica que dialogue e intercambie informações com áreas afins. Na elaboração do trabalho científico, é imperioso que o pesquisador saiba da importância das perguntas que devem ser formuladas para delimitar o objeto a ser estudado. Segundo Radcliffe-Brown (2010, p. 45), “*La dificultad científica no radica en encontrar las respuestas a las preguntas que se han planteado, sino en averiguar que preguntas se deben formular*”. Nesse sentido, os questionamentos se mostram como preponderantes às respostas que serão encontradas.

O trabalho dos antropólogos, realizado para o conhecimento do homem, é enaltecido por Claude Lévi-Strauss. O antropólogo francês sustenta que “*na maior parte da superfície habitada da terra, a humanidade não tem conhecido gêneros de vida, crenças e instituições que não sejam estudados pelos antropólogos*” (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 19).

Dessa maneira, a antropologia busca entender, através de diferentes pontos de vista, as possibilidades de se pesquisar e teorizar sobre o social, privilegiando para isso um viés antropológico sem, todavia, ignorar os diálogos e intercâmbios com as áreas afins, o que pode ser confirmado com o pensamento de alguns autores que se apresenta na escritura deste artigo.

METODOLOGIA ETNOGRÁFICA

Etnografia é um termo composto do grego *ethos*, que significa raça; e *graphe*, descrição, ou seja, primariamente, etnografia pode ser definida como descrição de uma raça. A etnografia é definida por Matos (2011, p. 53) como sendo: “*a especialidade da antropologia, que tem por fim o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo*”.

Para Lévi-Strauss (*apud* RUSS, 1994, p. 98), “*A etnografia consiste na observação e análise de grupos humanos considerados em sua particularidade [...] e [visa] à restituição, tão fiel quanto possível da vida de cada um deles*”.

Segundo Balandier (*apud*, RUSS, 1994, p. 98), “*a etnografia [...] exige o trabalho ‘de campo’, a observação direta [...]. Permanece no nível da descrição e visa a uma apresentação tão completa quanto possível de um grupo (e de uma cultura), cuja extensão restrita parece permitir uma apreensão total*”.

Assim, por meio de uma metodologia etnográfica é possível se realizar um estudo descritivo dos diferentes grupos humanos, suas instituições e práticas. Durante a sua prática, o etnógrafo vai ao encontro dos seus informantes, havendo, assim, uma interação entre o pesquisador e o contexto social em estudo. Segundo Mattos (2011, p. 51):

[a] Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos.

O etnógrafo faz da inserção no campo de pesquisa, muitas vezes vivendo por bastante tempo no local em que realiza as observações, sua prática cotidiana; a partir da qual pode efetivar a escrita do outro. A atividade etnográfica de descrever a vida social, cultural e econômica de um grupo social distinto requer a observação do pesquisador dentro do campo de pesquisa. Segundo Malinowski (1978, p. 24), “O objetivo fundamental da pesquisa etnográfica de campo é, portanto, estabelecer o contorno firme e claro da constituição tribal e delinear as leis e os padrões de todos os fenômenos culturais, isolando-os de fatos irrelevantes” (p. 24).

Neste sentido, para o etnógrafo, o campo passa a ser o lugar para se encontrar o outro e desse encontro produzir uma narrativa que vai além do dito, do observado, uma vez que é realizada a observação, registro e interpretação das informações coletadas do encontro e convivência com o objeto pesquisado.

O etnógrafo faz da sua inserção no campo de pesquisa o seu maior desafio. Assim, para contar ou para escrever sobre a vida de determinados grupos sociais, se faz necessário viver entre eles, muitas vezes como sendo um de seus membros. Como exemplo, podemos citar a vivência de Bronislaw Malinowski, que se transferiu da Polônia para viver entre as tribos trobriandesas, com o objetivo de pesquisar o *kula*, sistema de comércio, tão importante para a compreensão da vida e das relações desses nativos, os papua-melanésios, como outros povos, situação que levou Malinowski a cunhar a expressão “antropólogo camaleão”, aquele que se adapta às condições de vida dos povos pesquisados para viver entre estes.

Neste contexto, podemos citar, além de Malinowski, que viveu entre os papua-melanésios, “habitantes da costa e das ilhas periféricas da Nova Guiné” (MALINOWSKI, 1978, p.17), Evans-Pritchard, estudioso do povo Nuer, que habita o centro-oeste da África, e, também, J. Clyde Mitchell, que pesquisou a dança *kalela*, no Cinturão do Cobre, na Rodésia do Norte, continente africano.

Para o etnógrafo, cuja atividade não se resume ao trabalho de gabinete, a observação é essencial, uma vez que é por meio das impressões que têm no campo de pesquisa, durante o período de observações, que o leva a construir uma escrita muito próxima da realidade do outro, uma vez que na pesquisa etnográfica o relato dos dados coligidos no campo é talvez ainda mais necessário que em outras ciências.

Logo, o etnógrafo não pode prescindir da observação cuidadosa do objeto pesquisado. Quando chega ao campo de pesquisa, o etnógrafo é, muitas vezes, considerado um invasor. Segundo Clifford Geertz (1989),

Nós éramos invasores, profissionais é verdade, mas os aldeões nos trataram como parece que só os balineses tratam as pessoas que não fazem parte de sua vida e que, no entanto, os assediam: como se nós não estivéssemos lá. Para eles, e até certo ponto para nós mesmos, éramos não pessoas, espectros, criaturas invisíveis (GEERTZ, 1989, p. 278).

É no decorrer da pesquisa e na permanência no campo que o etnógrafo necessita desenvolver ações que o faça adentrar no universo dos pesquisados. Qualquer ação considerada desastrosa pode colocar em risco ou até inviabilizar a investigação. É necessário superar a fase de presença indesejada; transformando-se em presença tolerada. Nesse sentido, o etnógrafo deve ser hábil para construir mecanismos que o torne tolerável entre os nativos; do contrário a pesquisa enfrentará dificuldades ainda maiores do que as já, naturalmente, previstas quando se quer obter informações de um grupo do qual o pesquisador não é membro.

O trabalho de campo é fundamental à pesquisa etnográfica. É no trabalho de campo que o pesquisador tem as impressões necessárias à consolidação da sua atividade investigativa. J. Clyde Mitchell, ao pesquisar a dança *kalela* na Rodésia do Norte, buscando identificar aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados, afirma que: “*Algumas das características atraíram minha atenção quando estava empenhado no trabalho de campo, e utilizei-as como meio de investigar o tribalismo e outros traços de relações sociais entre africanos nas cidades da Rodésia do Norte*” (MITCHELL, 2009, p. 365).

No universo da pesquisa etnográfica, é relevante ressaltar a necessidade e a importância que os etnógrafos têm de dominar a língua dos nativos ou grupos sociais pesquisados. É fator preponderante à pesquisa que o etnógrafo se aproprie dos termos utilizados pelos membros do grupo social pesquisado para se comunicar, seja, a língua materna ou termos peculiares a determinados grupos sociais.

Berremán (1980, p.123), no que se refere ao domínio do idioma para a efetividade da pesquisa etnográfica, afirma que “*Depois de passar um período só na aldeia, compreendi que não poderia trabalhar efetivamente sem assistência devido ao meu conhecimento deficiente do idioma*”. Assim, verifica-se que é importante ao pesquisador ter o domínio da língua e de termos específicos pronunciados e utilizados pelos nativos para que a pesquisa possa avançar de forma satisfatória.

Poderíamos fazer referência a outros etnógrafos, que se inseriram no campo de pesquisa para realizar a observação de diversos grupos sociais, objetivando descrever os modos de vida, a cultura, a organização política, econômica e social, bem como situações cotidianas que afetam a interação desses grupos, porém consideramos os pesquisadores citados como suficientes para ilustrar a importância da etapa da observação etnográfica para os estudos de descrição e interpretação dos modos de vida de grupos sociais diversos.

O trabalho etnográfico se dar em três frentes: a observação, a descrição e a interpretação, situações que para serem efetivadas necessitam da presença do etnógrafo junto ao objeto de pesquisa. Da observação, o etnógrafo pode elaborar um diário de campo, no qual ele relata as suas vivências, as suas impressões e os dados que lhe serão úteis à descrição de modos de vida, culturas e situações práticas vividas por determinado grupo social. A interpretação das informações se dará a partir da observação e descrição dos grupos sociais estudados.

Descrevendo a dança *kalela*, J. Clyde Mitchell afirma que: “*Durante parte da dança, os tambores permaneciam em silêncio enquanto os dançarinos cantavam uma canção*” (MITCHELL, 2009, p. 368). A descrição, com riqueza de detalhes, da dança *kalela*, só seria possível com a presença do etnógrafo no campo de pesquisa, uma vez que só falamos ou descrevemos com propriedade aquilo de que temos conhecimento.

Evans-Pritchard, ao descrever a vida dos Nuer, modulada pela presença do gado, assim, delinea a terra habitada pelos Nuer:

As principais características da terra dos Nuer são: (1) Ela é absolutamente plana. (2) Possui solo argiloso. (3) Possui florestas muito ralas e esporádicas. (4) Fica coberta com relvas altas nas chuvas. (5) Está sujeita a chuvas fortes. (6) É cortada por grandes rios que transbordam anualmente. (7) Quando cessam as chuvas e os rios baixam de nível, fica sujeita a seca severa (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 66).

A inserção no campo de pesquisa permite ao etnógrafo realizar uma observação detalhada do objeto a ser pesquisado. No caso específico do estudo dos Nuer, por E. E. Evans-Pritchard, o antropólogo estabeleceu que a “*investigação dirige-se para dois objetivos: descrever a vida dos Nuer e expor alguns dos princípios de sua estrutura social*” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 12), afirmando

que “Será visto que o sistema político nuer é coerente com sua ecologia” (*idem*, p. 12). Na interpretação de Evans-Pritchard, observaremos que o mesmo confirmou suas impressões iniciais ao analisar os dados coletados durante a inserção no grupo social Nuer. Interpretando os dados sobre o modo de vida nuer, Evans-Pritchard afirma que:

Embora os Nuer tenham uma economia mista pastoral-hortícola, a região que ocupam é mais adequada para a criação de gado do que para a horticultura [...] Os Nuer não podem, exceto alguns pontos mais favorecidos, viver num só lugar durante o ano (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 66).

O antropólogo norueguês prossegue analisando as características da vida nuer, que tem no gado a sua maior fonte de sobrevivência material, sustentando que “além de seus muitos usos sociais, os Nuer preocupam-se diretamente com o gado enquanto produtos de dois artigos para a alimentação: leite e carne” (EVANS-PRITCHARD, 1993, p. 38), assim, “o Nuer poderia ser chamado de parasita da vaca” (*idem*, p. 38).

Após observar o grupo social e realizar a descrição desse, o antropólogo passa a efetivar a interpretação dos dados coletados empiricamente, trazendo as impressões e conclusões a que chegou sobre determinados aspectos e objetivos, inicialmente, determinados para a pesquisa antropológica.

BREVE PANORAMA EVOLUTIVO DOS ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS

Claude Lévi-Strauss, nos anos 1960, apresentou uma preocupação que dizia respeito diretamente aos objetos de estudo da antropologia. Preocupação essa que, segundo o autor, se relacionava com uma importância paradoxal da antropologia.

Em primeiro lugar e na medida em que nossa ciência se liga fundamentalmente ao estudo das populações “primitivas” podemos nos perguntar se, no momento em que a opinião pública lhe reconhece o valor, a antropologia não corre o perigo de tomar-se uma ciência sem objeto (LÉVI-STRAUSS, 1961, p. 21).

Pois, segundo Lévi-Strauss (1961), tribos indígenas no Brasil estão sendo dizimadas, bem como, na África, povos e culturas, objeto dos estudos antropológicos, estavam desaparecendo. O Professor do Collège de France cita alguns exemplos para ilustrar as suas inquietações.

Daremos alguns exemplos. Os indígenas australianos, que eram 250 mil no início da colonização, já não passam de uns 40 mil, e os relatórios oficiais os apresentam em parte recolhidos nas missões, e em parte vivendo na vizinhança das minas, reduzidos em lugar de coletarem produtos selvagens à pilhagem clandestina dos detritos à porta dos acampamentos, em parte, ainda, rechaçados dos desertos inóspitos, seu antigo refúgio, para a instalação de bases para explosões atômicas e lançamento de foguetes (LÉVI-STRAUSS, *op. cit.* p. 21).

O antropólogo francês prossegue exemplificando. Sustenta Lévi-Strauss (1961, p. 21) que:

No Brasil, 100 tribos se extinguíram entre 1900 e 1950. Os Kaingáng do Estado de São Paulo, que eram 1200 em 1912, não passavam de 200 em 1916 e hoje são 80. Os Munduruku, 20000 em 1875, 1200 em 1950. Dos Nambikwara 10000 em 1900 não encontrei mais que mil em 1940. Os Kayapó do rio Araguaia, 2500 em 1902, eram 10 em 1950. Os Timbira, 1000 em 1900, 40 em 1950 ...

No entanto, o que se tem observado é que os estudos antropológicos têm evoluído, se estendendo das artes e tradições populares, bruxarias e representações simbólicas para pesquisas com grupos humanos nas cidades, nos museus, nos laboratórios, dentre outros espaços que vão além das sociedades consideradas primitivas.

Portanto, as pesquisas antropológicas se estenderam dos povos considerados primitivos e sociedades complexas (Malinowski, Evans-Pritchard, Leach) para estudos realizados em museus que abrigam objetos da cultura indígena americana (CLIFFORD, 2009); bem como observações em um laboratório de alta performance nos Estados Unidos (LATOURE e WOOLGAR, 1997), situação que reforça a importância da antropologia para a compreensão social do homem.

Em um breve *paper* anunciei-lhes corajosamente que, voltando da África, eu iria agora estudá-los como se eles fossem uma tribo exótica [...] À maneira dos antropólogos, meus ancestrais, não me furtei a dar um pouco de ordem e compreensão à desordem heterogênea e confusa de um laboratório de biologia. Após dois anos de presença ininterrupta no coração deste laboratório, uni-me, na hora de redigir, a Steve Woolgar, sociólogo inglês que concluía uma tese sobre a descoberta dos pulsar (Woolgar, 1978) e que se apaixonara pela etnometodologia, assim como pelo problema da reflexividade (Woolgar, 1976a, b). Decidimos redigir em conjunto esta primeira etnografia de um laboratório (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p. 16-17).

James Clifford (2009) faz um trabalho de antropologia em quatro museus de cultura indígena nos Estados Unidos, descrevendo, principalmente, como são dispostas as peças que integram as exposições permanentes. Os museus pesquisados são: 1) Museu de Antropologia da Colúmbia Britânica 2) Museu e Centro Cultural Kwangiuult 3) Museu Real da Colúmbia Britânica 4) Centro Cultural de Umista – Alert Bay.

Embora relate conversas com museólogos e moradores da região e utilize informações tiradas dos livros, escrevi este capítulo, sobretudo, com minhas impressões pessoais formadas, a partir de observações da realidade local, dos edifícios e dos estilos de exposição. Faço algumas alusões à complexa história particular de cada um dos quatro museus, a seus públicos específicos e aos debates internos. Essas reflexões estão, portanto, mais próximas de um diário de viagem do que de uma pesquisa histórica ou etnográfica (CLIFFORD, 2009, p. 256).

É um trabalho antropológico distinto, uma vez que se costumava, para adentrar na cultura indígena, ir às aldeias. Nesse aspecto, descrito por Clifford (2009), o pesquisador se inteira da arte indígena a partir das peças expostas em museus. O autor demonstra que é possível se realizar estudos antropológicos em museus. James Clifford desenvolve uma preocupação comparativa de como cada museu apresenta as coleções; se insistem em posição histórica ou estética.

O professor do Programa de História da Consciência da Universidade da Califórnia, localizada em Santa Cruz, nos Estados Unidos, descrevendo as observações realizadas nos museus estudados, sustenta que:

Fotos e textos retratam as principais comunidades indígenas da região, sejam elas ainda hoje habitadas ou não. A impressão que fica, como no texto citado, é de diferenças e debates [...] Com a introdução de fotos e textos, lado a lado, a exposição do centro faz um desafio direto à maneira pela qual esses povos diferentes, mas aparentados, foram identificados pelos estrangeiros (CLIFFORD, *op. cit.* p. 281).

Dentre a amplitude dos estudos antropológicos, temos Eric Wolf, cujas pesquisas se deram no Caribe, Antilhas e América, saindo, assim, dos continentes africano e asiático, onde antropólogos como Edmund Leach, Evans-Pritchard e Max Gluckman, dentre outros, realizaram suas abordagens antropológicas.

Wolf (2003) relata a experiência de uma pesquisa sobre grupos sociais empreendida no México (América do Norte), propondo um estudo de sociedades complexas com ênfase nas relações entre grupos; estudo apresentado na reunião da Sociedade Antropológica dos Estados Centrais, realizada

no ano de 1955. Sobre a pesquisa, assim, se manifestou Wolf (2003, p. 73). *“Trata-se de um resumo analítico de minha experiência mexicana, que apresenta o argumento de que uma sociedade complexa como o México não pode ser compreendida apenas como um mosaico de comunidades coroadas por instituições nacionais”*.

Os estudos antropológicos realizados por Sidney W. Mintz no Caribe dão conta de analisar a situação dos trabalhadores nas *plantation*. Assim, afirma Mintz (2010, p. 140), *“o assunto que este trabalho pretende tratar é: a relação entre os termos e as categorias “proletário e escravo” [...] examinar de que maneiras e até que ponto as categorias proletário e escravo realmente se aproximam uma da outra na prática”* (p. 163).

Há no referido estudo, uma preocupação metodológica de Sidney W. Mintz com a delimitação do âmbito geográfico da investigação para que a mesma não se torne tão ampla e, conseqüentemente, improfícua. *“Neste contexto, tentarei limitar o âmbito geográfico da minha investigação e assim limitar também parte da variação econômica, política e cultural com a qual teria, de outro modo, que me confrontar, se tentasse tratar de todo o hemisfério”* (MINTZ, 2010, p. 140).

Dessa forma, MINTZ (2010, p. 140) explicita a delimitação proposta para a pesquisa, definindo a extensão geográfica a ser estudada (Caribe; Grandes e Pequenas Antilhas), recorte que evitaria maiores dificuldades para abordar o objeto de estudo.

Falando da região do Caribe, penso particularmente nas Grandes e Pequenas Antilhas, com a atenção voltada igualmente na direção das Guianas. Acho que não seria impossível (bem que implicando sérias dificuldades e exigindo muito mais espaço) tratar também do Brasil, partes do México e da América Central e até boa parte do sul dos Estados Unidos; propositadamente evitaria tais extensões, reconhecendo que já abarquei demais.

Prosseguindo com a apresentação de estudos antropológicos efetivados fora dos continentes africano e asiático, Jeane Fravet-Saada realizou pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage francês, no ano de 1968, situação que demonstra a possibilidade de estudos antropológicos sobre rituais, religiões e outras temáticas, que envolvem peculiaridades da vida humana em lugares diversos dos continentes citados.

Voltemos a minha pesquisa sobre a feitiçaria no Bocage. Lendo essa literatura anglo-saxã para ajudar em meu trabalho de campo, fiquei impressionada com uma curiosa obsessão presente em todos os prefácios: os autores (e o grande Evans-Pritchard não era exceção) negavam regularmente

a possibilidade de uma feitiçaria rural na Europa de hoje. Ora, não somente eu estava dentro dela, como a feitiçaria era amplamente verificada em várias outras regiões, ao menos pelos folcloristas europeus [...] Talvez isso fosse possível na África, mas eu estava na França (FRAVET-SAADA, 2005, p. 156).

As referências atinentes a diversas pesquisas antropológicas realizadas fora dos continentes africano e asiático se dão no sentido de enfatizar que o objeto de estudo da antropologia está longe de desaparecer. Nesse sentido, Lévi-Strauss (1961, 26) afirma que *“enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças, que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia”*. Ademais, as menções a várias monografias demonstram que os objetos de estudo da antropologia não estão tão distantes dos pesquisadores.

POSSIBILIDADES DE ABORDAGEM DO OBJETO DE ESTUDO ANTROPOLÓGICO

Depois de definir o objeto a ser estudado no campo da antropologia, faz-se necessário, ao pesquisador, estabelecer os recortes que serão efetuados para delimitar a pesquisa, bem como escolher as teorias, os conceitos, os métodos e as metodologias pelas quais o objeto será analisado.

Marcus e Clifford (2016, p. 28), ao falar dos resultados do seminário realizado na *School of American Research* de Santa Fé, no Novo México (EUA), em abril de 1984, relatam o avanço das discussões para além das “*críticas retrospectivas das convenções etnográficas para as discussões sobre as possibilidades atuais de trabalhos experimentais*”. Nesse sentido, segundo os autores,

A produção de um relato etnográfico a partir de um trabalho de campo ainda pode ocupar seu papel seminal na construção de carreiras e na criação de certa comunidade ideológica de experiências compartilhadas entre os antropólogos, mas já não pode mais ser tão facilmente compreendida como o modelo de competência a ser repetido ao longo de uma carreira de pesquisador (MARCUS e CLIFFORD, 2016, p. 363).

Logo, para Marcus e Clifford (2016, p. 27), “*Todos os participantes haviam questionado disciplinas e gêneros em seus trabalhos recentes, recorrendo, quando necessário, a fontes históricas, literárias, antropológicas, políticas e filosóficas*”.

Dando sequência à discussão sobre as possibilidades de abordagens teórico-metodológicas de objetos de estudos antropológicos, Gayle Rubin, em “*O tráfico de mulheres: notas sobre a ‘economia política’ do sexo*”, parte de dois autores; Freud e Lévi-Strauss, para discutir a transformação das mulheres em mulheres domesticadas. A autora explica conceitos, ressaltando a importância de que esses, ao serem trabalhados, sejam localizados e identificados no tempo histórico e espaço em que surgiram.

Nesse sentido, argumenta-se que há conceitos que se aplicam a um tempo histórico e espaços específicos. Assim, para trazê-los aos dias de hoje ou generalizá-los, na realização de trabalhos antropológicos, devemos fazer as mediações e ponderações devidas.

Gayle Rubin (1993) faz referência à necessidade de o pesquisador estabelecer um método adequado para chegar aos resultados pretendidos. No caso de Engels, na discussão sobre sexo, sexualidade e opressão sexual; a autora sustenta que esse se utilizou da teoria dos sistemas de parentesco, que para a antropologia não é uma lista de pessoas aparentadas biologicamente.

Para isso, podemos imitar Engels, mais em seu método que nos resultados a que chegou. Engels procurou realizar esse objetivo de analisar o “segundo aspecto da vida material” pelo exame da teoria dos sistemas de parentesco. Os sistemas de parentesco constituem muitas coisas e fazem muitas coisas. Mas eles são compostos de formas concretas da sexualidade organizada socialmente, e as reproduzem. Os sistemas de parentesco são formas observáveis e empíricas de sistemas de sexo/gênero (RUBIN, 1993, p. 15).

Essas discussões nos auxiliam, como pesquisadores envolvidos na construção de dissertações e teses, para que tenhamos uma visão crítica de quais os métodos, teorias e metodologias nos apropriaremos na busca dos resultados nos estudos empreendidos, bem como a maneira de comunicar as informações, uma vez que nos depararemos com uma gama grande de dados disponíveis os quais precisam ser recortados.

Portanto, observa-se que a antropologia apresentada por Rubin (2012) busca, para a análise do tráfico de mulheres/construção do sistema gênero/sexo, estudiosos que são psicanalistas, a exemplo de Freud e Lacan; situação em que a ênfase em autores clássicos da antropologia como Malinowski, Evans-Pritchard, James Clifford, Marcel Mauss, dentre outros, perde o protagonismo.

Jeane Fravet-Saada, no estudo antropológico que empreendeu sobre a feitiçaria no Bocage francês, em 1968, sustenta que se surpreendeu com as escolhas metodológicas que fez para a realização do estudo. A autora afirma que se deixou afetar sem buscar pesquisar, nem mesmo compreender e reter as informações.

Inicialmente, valem algumas reflexões sobre o modo como obtive minhas informações de campo: não pude fazer outra coisa a não ser aceitar deixar-me afetar pela feitiçaria, e adotei um dispositivo metodológico tal que me permitisse elaborar um certo saber posteriormente. Vou mostrar como esse dispositivo não era nem observação participante, nem (menos ainda) empatia (FRAVET-SAADA, 2005, p. 155).

A antropóloga francesa não escondeu a preocupação com os riscos a que se expôs ao aceitar ser afetada na relação com o objeto da pesquisa. Assim, “*Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada*” (FRAVET-SAADA, 2005, p. 160). Essas considerações demonstram novas possibilidades para se abordar realidades de pesquisas antropológicas para imaginar e significar de maneiras distintas o mundo social.

Discutindo, ainda, as questões metodológicas para a abordagem do objeto de pesquisa, destaca-se a preocupação de Edward Said com a delimitação das informações para se iniciar os estudos. Para falar do orientalismo, o professor da Universidade de Colúmbia, percebeu que o Oriente é amplo; há diversos escritos e autores que se referem ao Oriente. Logo, diante de um universo de pesquisa amplo: como começar e por onde começar? Segundo Said (1990, p. 27), o começo implica delimitação. Assim,

para cada projeto devem ser feitos os começos, de tal modo que estes lhes *permitam* uma sequência, Em nenhum ponto da minha experiência a dificuldade dessa lição foi sentida mais conscientemente (com que sucesso, ou fracasso, não posso dizer realmente) que neste estudo sobre o orientalismo. A ideia de começar, de fato o ato de começar, implica necessariamente um ato de delimitação por meio do qual algo é cortado de uma grande massa de material, separado dessa massa e transformado em uma representação do ponto de partida, do começo,

A reflexão de Said (1990) sobre como iniciar o trabalho de pesquisa é interessante para quem vai se debruçar na escritura de uma dissertação ou tese, uma vez que enfatiza a necessidade de o pesquisador realizar a delimitação das informações e, conseqüentemente, recortes que serão fundamentais a uma abordagem viável do objeto que será analisado, pois o trabalho científico está amparado, principalmente, em prazos estabelecidos pelos programas de pós-graduação e agências financiadoras, prazos esses que devem ser observados.

A inquietação de Said (1990), especificamente, está relacionada ao grande número de autores e textos que tratam da história narrativa enciclopédica do orientalismo. Dentre as obras, autores e períodos em que foram produzidas, havia textos que, segundo Edward Said, não interessavam aos estudos a que ele se propunha. Dessa maneira,

Havia ainda o problema de diminuir um arquivo bem repleto para dimensões administráveis, e, mais importante, esboçar algo parecido com uma ordem intelectual nesse grupo de textos sem ao mesmo tempo seguir uma ordem insensatamente cronológica. O meu ponto de partida foi, portanto, a experiência britânica, francesa e americana no Oriente considerada como uma unidade, o que fez essa experiência possível em termos de base intelectual e histórica e qual a qualidade e o caráter dessa experiência (SAID, 1990, p. 28).

Segundo Said (*op. cit.*, p. 28), concretizada a delimitação, ou seja, fazendo a escolha das obras, autores e períodos que interessavam para iniciar e realizar a discussão sobre o orientalismo,

isso foi feito, urna grande parte do Oriente pareceu ter sido eliminada – Índia, Japão, China e outras regiões do Extremo Oriente – não porque essas regiões não fossem importantes (o que elas obviamente foram), mas porque se podia discutir a experiência europeia do Oriente Próximo, ou do islã, separadamente de sua experiência no Extremo Oriente.

Outro aspecto atinente à questão metodológica, que é exposto na obra “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, diz respeito à maneira como se propõe Edward Said a abordar o orientalismo. Para o professor de literatura da Universidade de Colúmbia, o orientalismo deve ser examinado como discurso.

A minha alegação é que, sem examinar o orientalismo como um discurso, não se pode entender a disciplina enormemente sistemática por meio da qual a cultura europeia conseguiu administrar - e até produzir - o Oriente política, sociológica, ideológica, científica e imaginativamente durante o período pós-Iluminismo (SAID, 1990, p. 15).

Nesse sentido, Said (*op. cit.*, p. 15) afirma que “*Descobri[u] que neste caso é útil empregar a noção de discurso de Michel Foucault, tal como é descrita por ele na Arqueologia do saber e em Vigiar e punir, para identificar o orientalismo*”, ou seja, o autor faz uma escolha teórica para amparar a análise do objeto de pesquisa.

A pesquisa etnográfica/antropológica pode responder também como metodologia para pesquisas em ambientes virtuais. Na Internet, é possível que o pesquisador social realize trabalhos para estudar grupos sociais que se utilizam das redes sociais para interagir socialmente. Nesse sentido, tem-se a pesquisa de campo etnográfica efetivada no ciberespaço virtual.

Como exemplo, há a possibilidade de concretizar estudos de discursos de ódio misógino e machista, utilizando como fonte de pesquisa a Internet, ou seja, sítios e grupos que recorrem a grande rede para difundir o ódio contra minorias a exemplo de mulheres, grupos de pessoas LGBTQIA+. Segundo Polivanov (2013, p. 1), a Internet funciona, dessa maneira, “*como tecnologia geradora de práticas sociais*”. Em matéria jornalística, o periódico El País chama atenção para a veiculação de discursos de ódio racista e misógino presentes em ambientes virtuais – “*En el cueva digital del supremacismo: el ódio racista e misógino que floerece em Internet*” (30 de jan. 2022).

Portanto, um estudo, assim pensado, poderia apontar para uma abordagem de como se discutir políticas públicas e ações estatais, bem como o engajamento da sociedade civil organizada para enfrentar situações que prejudicam, afetando negativamente a vida de minorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização desse trabalho, conclui-se que os estudos antropológicos, muito embora, podem não se fazer uso desses para a consecução da tese ou da dissertação, nos auxiliam a pensar como adentrar na pesquisa, que elementos priorizar, que recorte fazer, entendendo que os estudos avançaram, uma vez que a autoridade etnográfica foi ampliada para outras abordagens que trazem resultados, também, positivos ao campo da antropologia.

Portanto, os estudos antropológicos auxiliarão na consecução de pesquisas, uma vez que obras de autores como Edward Said mostrarão a forma como adentrar no tema, fazer os recortes necessários, bem como dialogar com outros campos de saberes sobre os estudos sociais do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERREMAN, Gerald D. Etnografia e impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James. Museologia e contra-história: viagens pela Costa Noroeste dos Estados Unidos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- EVANS-Pritchard, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- FORTES, Meyer; Evans-Pritchard, E. E. **Sistemas políticos africanos**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social; Universidad Autónoma Metropolitana; Universidad Iberoamericana, 2010.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galo balinesa. In: _____ **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.
- INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1862649/mod_resource/content/1/Antropologia_ao_e_etnografia_-_por_Tim_Ingold%281%29.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2018.
- LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. (Trad. Angela Ramalho Vianna). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A crise da Antropologia. **Courrier de L'Unesco**. Ano XIV, nº 11, novembro de 1961.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- MARCUS, George; CLIFFORD, James. **A escrita da cultura**: poética e política da etnografia (Trad. Cláudia Maria Coelho). Rio de Janeiro: Eduerj; Papeis Selvagens, 2016.
- Mattos, Carmen Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: **Etnografia e educação**: conceitos e usos [online]. Mattos, Carmen Lúcia Guimarães de; Castro, Paula Almeida de Castro (orgs.). Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcr/pdf/mattos-9788578791902.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2018.
- MINTZ, Sidney Wilfred. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletariados (Trad. e Org. Christine Rufino Dabat). 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.
- MITCHEL, J. Clyde. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, B. (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: UNESP, 2009.
- POLIVANOV, B. B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **esferas**, v. 1, n. 3, 16 jul. 2014.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a 'economia política' do sexo. Recife: Edição S.O.S Corpo, 1993.

RUSS, Jaqueline. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. (Trad. Tomás Rosa Bueno). São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Siqueira, Paula. "Ser afetado", de Jeanne Favret-Saada. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), 13(13). Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (PPGAS-USP): São Paulo: USP, 2005.

WOLF, Eric. Aspectos das relações de grupo em uma sociedade moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e poder** Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Unicamp, 2003.